



# SindiAnápolis

Sindicato dos Funcionários e Servidores  
Públicos Municipais de Anápolis

Ofício n.º592/2018

Anápolis, 5 de junho de 2018.

À Ilustríssima Diretora de Operações e Recursos Humanos  
DD. Sra. Marta Barbosa Vieira Sabbag

C/C

Ao Ilustríssimo Secretário da Fazenda do Município de Anápolis  
DD. Sr. Geraldo Lino

À Ilustríssima Procuradora do Município de Anápolis  
DD. Sra. Luciana Ferreira Garcia Rocha

CÓPIA

**CARÁTER DE URGÊNCIA**

**O SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**, entidade representativa de classe dos servidores públicos do Município de Anápolis, com sede em Anápolis/GO, à Rua 4, s/n.º, Quadra C, Lote 41, CEP 75.120-240, Vila Nossa Senhora D'Abadia, inscrito no CNPJ-MF sob o n.º 03.017.657/0001-50, aqui por sua Presidente, Regina Maria de Faria Amaral Brito, vem respeitosamente à presença de V.Sa. apresentar o seguinte requerimento, **consistente em adendo à Projeto de Lei:**

i. É de conhecimento desta Municipalidade o envio de questionamentos, requerimentos e ponderações pelo SINDIANÁPOLIS, todos

Rua 04, Qd. C, Lt 41, Vila Nossa Senhora D'Abadia - Anápolis-Go - Tel. (62)3324-0490.

[www.sindianapolis.org](http://www.sindianapolis.org)

RECEBEMOS  
05/06/18  
Jumardo

RECEBEMOS  
05/06/2018  
Marta Barbosa

RECEBEMOS  
05/06/18  
Antonio Carlos

RMB



# SindiAnápolis

Sindicato dos Funcionários e Servidores  
Públicos Municipais de Anápolis

§1º. Para a concessão do ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO que trata o caput deste artigo só serão considerados os cursos com duração mínima de 30 (trinta) horas, oferecidos na modalidade presencial ou à distância, nos quais o servidor estável tenha obtido aproveitamento igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

§2º. Para os cursos presenciais será exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do curso.

§3º. Os cursos de que trata o § 1º deverão ser autorizados pelo Conselho competente ou ministrados por instituições de ensino oficial ou credenciadas por órgão oficial, observando-se a sequência cronológica.

§4º. Regra geral, para pleitear o ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, não pode o servidor estável utilizar o título de que lhe tenha resultado concessão de enquadramento ou progressão vertical. Excepcionalmente, referido título poderá ser utilizado para pleitear o adicional se apresentado uma única vez dentro do primeiro período de concessão, conforme estipulado nos parágrafos quinto e sexto seguintes.

§5º. **Para requerer o ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, os servidores deverão dar entrada através de processos, com juntada da documentação.** (nova redação).

Para requerer o ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, os servidores deverão dar entrada através de processos, com juntada da documentação, até 30 de maio e 30 de outubro de cada ano. (redação anterior a ser revogada).

§6º. **A concessão do ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO deverá ocorrer sempre após 60 dias de**



# SindiAnápolis

Sindicato dos Funcionários e Servidores  
Públicos Municipais de Anápolis

***protocolado, quando a documentação estiver completa. (nova redação).***

*A concessão do ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO deverá ocorrer sempre nos dias 01 de julho e 01 de dezembro de cada ano civil. (redação anterior a ser revogada).*

***§7º. Será observado o lapso de 03 (três) anos para aquisição de um novo ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO. (nova redação).***

*Será observado o lapso de 03 (três) anos para aquisição de um novo ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, devendo a primeira concessão ocorrer apenas em um nível superior ao de ingresso no cargo do servidor. (redação anterior a ser revogada).*

*Art. 30-B. O ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO será calculado sobre o vencimento-base na referência que o servidor ocupar, garantida sua incorporação, à razão de:*

***§1º. Os totais de horas de que tratam os incisos V, VI, VII, VIII, XI e X, deste artigo poderão ser alcançados em um só curso ou pela soma da duração de mais de um curso, podendo os cursos serem concluídos antes do ingresso no cargo. (nova redação).***

***§2º. Os percentuais previstos nos incisos I até X não são cumulativos, sendo que o maior exclui o menor. (nova redação).***

Em suma, os servidores elegíveis (*caput*) à titulação, cumpridos os requisitos dos parágrafos primeiro à quarto, não mais serão obrigados a dar entrada ao processo nos prazos previstos do antigo parágrafo quinto, mas a qualquer tempo. Ademais, alterando-se a legislação, o pagamento do adicional passará a ocorrer em até 60 dias após o protocolo, logicamente se atendidos os requisitos documentais, não sendo mais necessário, ainda, que a primeira



# SindiAnápolis

Sindicato dos Funcionários e Servidores  
Públicos Municipais de Anápolis

concessão somente aconteça em um nível superior ao do ingresso no cargo do servidor.

ii. Satisfeitas as mudanças acima delineadas, as quais foram encaminhadas, analisadas e aprovadas pela referida COMISSÃO DE TITULAÇÃO, contando com irrestrito apoio do SINDIANÁPOLIS, ainda serve a presente para **expressamente requerer a inclusão de dois novos pontos essenciais** ao referido Projeto de Lei, conforme justificativas aqui apresentadas:

(a) Em primeiro lugar, considerando a informação de que aos servidores que ingressaram no serviço público no nível fundamental não será possível se beneficiarem da titulação, utilizando-se de diplomas de segundo grau (*nível médio*) ou de ensino superior, muito importante frisar que o citado *caput* do artigo 30-A do PCCV não faz distinção sobre servidores, ou seja, o adicional de titulação deve ser concedido para **TODOS** os servidores públicos estáveis, cumprido o estágio probatório no desempenho de suas funções, mediante apresentação dos documentos exigidos.

Por outro lado, quando a lei elenca as especificidades dos cursos, igualmente não cria exigências as quais limitariam a titulação dos servidores que ingressaram no serviço público detendo apenas o nível fundamental.

Deste modo, se sugere a inclusão do seguinte parágrafo (*no Art. 30-A*), para que dúvidas não parem sobre esse ponto:

***§ 8 º. Fica garantida a concessão do ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO aos servidores públicos municipais, cumpridas os requisitos e exigências do caput e parágrafos deste artigo, independentemente do nível de escolaridade do servidor quando do seu ingresso ao serviço público. (sem grifo no original).***



# SindiAnápolis

Sindicato dos Funcionários e Servidores  
Públicos Municipais de Anápolis

(b) Finalmente, considerando informações de que a Secretaria de Recursos Humanos estaria *aconselhando* os servidores que fazem jus à titulação a não requererem a aposentadoria se estiverem na véspera de se jubilarem, sob a alegação de que não incorporariam esse adicional aos proventos, igualmente necessária a inclusão de disposição específica na LC 212, pois nítida a conclusão de que se o servidor requereu a titulação em tempo hábil e se possui os requisitos necessários para sua concessão, impensável e injusto sequer ponderar que perderia o direito à incorporação, mesmo que futura.

Em suma, instituído o direito em data anterior ao efetivo pagamento da titularidade, tem esse servidor inegável direito adquirido à percepção e incorporação do adicional, independentemente se sua efetivação se der em momento posterior à aposentadoria.

Outra não é a conclusão que o SINDIANÁPOLIS reputa emanar do art. 30-B:

*Art. 30-B. O ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO será calculado sobre o vencimento-base na referência que o servidor ocupar, **garantida sua incorporação**, à razão de:*

Sugestão de inclusão ao Art. 30-B:

**§ 3 °. Fica garantida a concessão do ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO aos servidores públicos municipais, cumpridas os requisitos e exigências do caput e parágrafos do Art. 30-A, inclusive para aqueles que requereram o benefício concomitantemente ao trâmite de pedidos de aposentadoria ainda não deferidos e/ou concluídos.**



# SindiAnápolis

Sindicato dos Funcionários e Servidores  
Públicos Municipais de Anápolis

iii. Ao final, ainda faz referência à imprescindibilidade de se assinalar no referido Projeto de Lei posicionamento claro acerca se se o Órgão responsável para a análise dos pedidos de titulação será a Comissão de Desenvolvimento Funcional já prevista na LC 212/09<sup>1</sup> ou se será criada uma nova Comissão.

Sobrevindo criação de Comissão específica, desde logo se sugere a inclusão do seguinte parágrafo (no Art. 30-A):

**§ 9 °. Fica criada a Comissão de Análise de Titulação com a atribuição de coordenar os procedimentos relativos à concessão, nos termos do caput, do ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, cuja organização, composição e forma de funcionamento será regulada por ato do Poder Executivo, editado no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei Complementar, garantida a paridade de sua representação com inclusão de representantes indicados pelo Município e pelo SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.**

Por outro lado, se a solução for distinta, ou seja, através da utilização da já existente Comissão de Desenvolvimento Funcional prevista na LC 212/09, igualmente já se sugere a inclusão de parágrafo ao citado art. 30-A:

**§ 9 °. A atribuição de coordenar os procedimentos relativos à concessão, nos termos do caput, do ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, terá sua organização, composição e forma de funcionamento regulada pela Comissão**

---

## <sup>1</sup> CAPÍTULO VI

### DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 13. Fica criada a Comissão de Desenvolvimento Funcional com a atribuição de coordenar os procedimentos relativos à avaliação periódica de desempenho.

Rua 04, Qd. C, Lt 41, Vila Nossa Senhora D'Abadia – Anápolis-Go – Tel. (62)3324-0490.

[www.sindianapolis.org](http://www.sindianapolis.org)

Rm3



# SindiAnápolis

Sindicato dos Funcionários e Servidores  
Públicos Municipais de Anápolis

***de Desenvolvimento Funcional, conforme disposições do Capítulo VI desta Lei Complementar, garantida a paridade de sua representação com inclusão de representantes indicados pelo Município e pelo SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.***

**Isso posto**, considerando a situação sob enfoque, vem expressamente requerer acatamento imediato com relação aos adendos expressamente propostos ao já existente Projeto de Lei apresentado pela COMISSÃO DE TITULAÇÃO.

Termos em que,

P.DEFERIMENTO.

*Regina Maria de Faria Amaral Brito*

REGINA MARIA DE FARIA AMARAL BRITO  
PRESIDENTE DO SINDIANÁPOLIS